

Introdução

Maria Antónia Barreto
Ana Bénard da Costa

O segundo *Congresso Internacional de Cooperação e Educação* – II COOPE-
DU, organizado pelo Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL) do Instituto
Universitário de Lisboa e pela Escola Superior de Educação e Ciências
Sociais do Instituto Politécnico de Leiria decorreu nos dias 28 e 29 de
junho de 2012 no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) subor-
dinado à temática Cooperação e Educação: África e o Mundo. Este II
COOPE-
DU pretendeu continuar, alargar e aprofundar as questões abor-
dadas no I COOPE-
DU (4 e 5 de fevereiro de 2010, ISCTE-IUL, Lisboa), dan-
do continuidade às reflexões sobre as problemáticas da cooperação ao
nível da educação entre os países africanos e outros países, regiões e
continentes do mundo. O Congresso foi alicerçado em dois projetos de
investigação interdisciplinares, desenvolvidos pelas instituições prepo-
nentes e centrados em questões relacionadas com a educação nos paí-
ses africanos, intitulados: “Papel das organizações da sociedade civil na
educação e formação: O caso de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e
São Tomé e Príncipe” e “Formação superior e desenvolvimento: Coope-
ração portuguesa com os PALOP”.

As comunicações que agora se publicam estão organizadas em dois
eixos: (i) parcerias e paradigmas da cooperação em educação e (ii) ensi-
no superior. Para cada eixo encontramos fios condutores que nos per-
mitiram definir um conjunto de temáticas.

No âmbito da temática “Reflexões sobre projetos de cooperação em
educação” incluímos cinco artigos. O artigo “Olhares cruzados: Percu-
sos de um modelo de apoio a projetos de cooperação”, da autoria de
Rosa Silva, Sara Poças e Júlio Santos, baseado na longa experiência do
Gabinete de Estudos em Educação para o Desenvolvimento (GEED) do
Instituto Politécnico de Viana do Castelo, em particular na área da co-
operação em educação, enuncia os pressupostos que na perspetiva dos
seus autores, membros do GEED, devem orientar os programas de coope-
ração para o desenvolvimento. O segundo texto, de Antónia Barreto da
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico
de Leiria apresenta o projeto “O papel das organizações da sociedade
civil na educação e na formação: O caso de Guiné-Bissau, São Tomé e
Príncipe, Angola, Moçambique”. A autora sistematiza as etapas e os re-
sultados já obtidos na investigação realizada nos quatro países durante
três anos e cujas conclusões apontam numa mesma linha: a sociedade
civil nos países estudados vem substituindo o Estado na prestação do

serviço de educação e de formação. No texto “As comunidades locais no apoio socioeducativo das crianças”, Maria João Cardona da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, reflete sobre o papel que as organizações não governamentais estão a desempenhar nas comunidades em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique. Têm sido as organizações não governamentais que encontram as respostas socioeducativas para as crianças mais pequenas. São também as organizações não governamentais que intervêm na disponibilização de soluções a nível da formação profissionalizante em São Tomé e Príncipe, tema tratado por António José Martelo do Centro de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa na comunicação “Cooperação, Estado e sociedade civil na educação/formação em São Tomé e Príncipe”. Há uma proliferação de organizações não governamentais e de entidades religiosas que atuam de diversas formas na área da educação e da formação. São utilizados recursos endógenos mas recorre-se também à ajuda no quadro da cooperação descentralizada. Discute-se no texto a complementaridade entre o Estado e a sociedade civil, a cooperação pública centralizada e a cooperação civil descentralizada no âmbito da educação e da formação. O texto de Jean Gormo da Universidade de Maroua no Camarões, “O papel das organizações não governamentais no ensino básico na região do Extremo Norte dos Camarões”, apresenta as áreas em que as ONG intervêm: formação de professores, disponibilização de materiais pedagógicos, criação de infraestruturas, sensibilização das populações para a escola, sobretudo atacando o problema da escolarização das raparigas. Refletindo sobre a metodologia implementada, o autor defende o conhecimento profundo dos contextos e a valorização da participação de elementos chave das comunidades.

No eixo “Experiências de cooperação: Formação de professores e organização curricular” foram apresentadas oito comunicações, refletindo sobre estas duas áreas do sistema educativo, na Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique. O texto “Culturas de apoio a professores em contexto de fragilidade educativa: Algumas reflexões e lições da Guiné-Bissau”, de Júlio Santos, Rui da Silva e Carolina Mendes, analisa os documentos estruturantes do sistema educativo e conclui que estes, tal como as decisões curriculares, revelam uma marca muito forte de agendas globais das organizações internacionais, que limitam a autonomia dos decisores políticos e condicionam a definição de prioridades e os processos de reforma educativa. Ainda sobre a Guiné-Bissau, Rui da Silva no texto “Globalização e currículo: Atores e processos. Um estudo exploratório na Guiné-Bissau”, apresenta os princípios orientadores do trabalho realizado pelos Grupos de Apoio Pedagógico (GAP) do Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau (PASEG): valorização do papel dos professores, enfoque em contextos identitários, intervenção centrada na escola, investigação-ação/formação como metodologia, responsabilização da comunidade. Na mesma linha de valorização de

metodologias participativas e integradas, a comunicação com o título “Kit ‘Energia, Ambiente e Sustentabilidade’, uma proposta para a promoção da educação científica na Guiné-Bissau” dos autores Joana Oliveira, Senentxu Lanceros-Méndez, Luísa Neves e Júlio Santos apresenta um kit científico-pedagógico, construído a partir de materiais locais e de fácil utilização para o estudo dos recursos energéticos locais. É acompanhado por um guião para os professores com propostas de atividades e de fichas de avaliação. Pretende-se promover a educação científica no ensino básico e sobretudo sensibilizar para o desenvolvimento sustentável, através de procedimentos simples do quotidiano mas que contribuem na qualidade de vida. Finalmente a comunicação “Parceria entre a FASPEBI e o Ministério de Educação, Cultura, Ciência, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau: Complemento através do regime de auto-gestão”, da autoria de Luigi Scantamburlo, analisa o projeto a decorrer nos Bijagós desde 1998, com o objetivo de valorização da identidade local pela implementação de um currículo escolar específico, onde foram introduzidas disciplinas técnicas, vocacionadas para o conhecimento e intervenção locais e em que o ensino é feito em crioulo guineense nos primeiros anos de escolaridade. No texto “A Mesquita Central Nacional e o Complexo Escolar ‘Attadamun’: Uma ideia para integrar o ensino de árabe e a cultura islâmica na Guiné-Bissau”, Saico Baldé apresenta o processo de criação do complexo escolar, velha aspiração da população muçulmana com a qual Amílcar Cabral se comprometeu. O complexo escolar apoiado pela cooperação árabe e desenvolvendo um currículo de compromisso entre o currículo oficial e a presença da cultura árabe, é também frequentado por crianças e jovens não muçulmanos, graças à qualidade do funcionamento resultante da gestão implementada.

O texto “Desenvolvendo orientações curriculares para a educação de infância em São Tomé e Príncipe: Os desafios de um trabalho colaborativo”, de Gabriela Portugal da Universidade de Aveiro, sistematiza globalmente a situação vigente no país e apresenta a proposta de um referencial curricular para a educação de crianças dos 0 aos 3 e dos 3 aos 5 anos e os requisitos indispensáveis para que a situação existente evolua positivamente. Esta proposta de referencial curricular pretende constituir-se como uma base para o desenvolvimento de um currículo, contextualizado nos diversos espaços educativos, resultante da cooperação entre vários atores, de forma a implementarem-se práticas de qualidade em educação de infância.

As duas comunicações sobre Moçambique refletem sobre a cooperação entre a escola e o meio em que está inserida: no caso do artigo de Ana Paula Pinto do CEA-IUL, “A escola técnica e a dinamização do meio”, é feita uma discussão sobre as escolas enquanto recurso formativo da comunidade e enquanto instrumentos promotores de coesão interna graças à mobilização dos elementos que constituem a comunidade educativa em torno de projetos comuns, e pelo reforço de comu-

nidades territoriais, através da convivialidade cultural e das parcerias estabelecidas. No artigo “O papel do ensino da geografia no exercício da cidadania e na resolução dos problemas ambientais e urbanos da cidade de Nampula” o autor, Carlos Martins do CEA-IUL, analisa o possível contributo da disciplina de geografia, no ensino secundário e na promoção do exercício da cidadania, que passa pela aquisição de informação e pela criação de opinião responsável sobre o território e sobre o desenvolvimento local fortemente condicionado por problemas ambientais e de saúde pública como é o caso da cidade de Nampula. Daí a necessidade de um currículo que aposte em análise de problemas locais, implementado por metodologias participativas.

O segundo eixo do livro organiza-se, como referido, em torno do ensino superior. Os textos estão divididos em duas partes. Na primeira parte os temas focados relacionam-se com as políticas e as experiências de cooperação no âmbito do ensino superior e inclui ainda artigos centrados nas questões da interculturalidade no Brasil e sobre a importância da utilização de legados históricos documentais de África e do Oriente na formação de quadros superiores dessas regiões. Na segunda parte reúnem-se textos que analisam temáticas relacionadas com o desenvolvimento do ensino superior nos PALOP e com a mobilidade internacional de estudantes desses países.

Este segundo eixo inicia-se com um texto da autoria de Ana Bernard da Costa (CEA-IUL) que aborda as políticas de cooperação ao nível do ensino superior entre Portugal e os PALOP. A autora dá particular atenção às linhas de ação que têm orientado a concessão de bolsas de estudo e analisa as principais alterações que aí têm ocorrido interrogando-se sobre a possibilidade de avaliação do impacto dessas políticas nos processos de desenvolvimento destes países africanos. O segundo texto, intitulado “As boas práticas na cooperação para o desenvolvimento na educação, o caso da Universidade de Aveiro” e da autoria de Carlos Sangreman da Universidade de Aveiro, reflete sobre a forma como a organização e os objetivos da cooperação desenvolvidos por esta universidade se estruturam, procurando equilíbrios entre as boas práticas promovidas nos debates internacionais e os interesses das populações beneficiárias. Exemplifica o seu argumento apresentando três projetos de cooperação distintos.

Os autores Rita Morais, Joaquim Sousa Pinto e Cláudio Teixeira, igualmente da Universidade de Aveiro, assinam os dois textos seguintes. No primeiro texto, os autores abordam o percurso seguido por esta universidade em diversos projetos de cooperação desenvolvidos, sobretudo, em Cabo Verde. Descrevendo as formas de financiamento dos projetos e as práticas de cooperação entre as instituições, analisam as consequências na sua sustentabilidade. No artigo seguinte os autores analisam um projeto de cooperação do Ministério de Justiça desenvolvido em parceria com as universidades de Cabo Verde e Aveiro para

criação de um sistema informático designado “Sistema de Informação do Processo Penal” (SIPP).

Sandra Lima da Universidade do Estado de Mato Grosso assina os textos centrados no Brasil. No primeiro, a autora analisa questões que as licenciaturas específicas para indígenas desenvolvidas pela Faculdade Indígena Intercultural da Universidade do Estado de Mato Grosso coloca. No segundo texto, escrito em coautoria com Alessandra Deluque da mesma universidade, as autoras abordam as percepções dos professores indígenas em formação sobre questões relacionadas com a violência doméstica.

No último texto desta parte é apresentada uma reflexão sobre a importância do legado histórico-científico resultante dos conhecimentos adquiridos no contato entre portugueses e as populações de África e do Oriente, para a formação de novos quadros desses países em Ciências Naturais. Os autores, Betina da Silva Lopes, Pedro M. Callapez e Celeste Gomes das universidades de Coimbra e Aveiro, argumentam que este legado pode constituir um recurso incontornável na ligação de conteúdos curriculares a realidades locais e regionais.

A segunda e última parte deste livro centra-se, como mencionado, em questões relacionadas com a evolução do ensino superior nos PALOP e com a mobilidade internacional de estudantes universitários provenientes desses países africanos. No primeiro dos artigos, Paulo de Carvalho da Universidade Agostinho Neto de Angola, apresenta a evolução do ensino superior neste país desde a sua implementação até aos dias de hoje. O autor reflete sobre o facto de este crescimento não se fazer acompanhar da necessária qualidade e analisa as causas que podem explicar esta situação. Os dois artigos seguintes, embora também centrados em Angola, focalizam sobretudo a questão da mobilidade internacional dos estudantes universitários. Ermelinda Liberato, do Centro de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa (CEA-IUL), analisa os acordos de cooperação que permitem o envio de estudantes angolanos para o Brasil e Portugal. Argumenta sobre a importância destes acordos, não só ao nível da formação dos estudantes mas igualmente em termos da melhoria do sistema de ensino superior em Angola. Margarida Lima de Faria, do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) de Portugal, assina um artigo que se centra no percurso estudantil de diferentes gerações de angolanos que frequentam ou frequentaram universidades portuguesas. A autora compara as trajetórias escolares das diferentes gerações com a forma como se foram articulando com os diferentes contextos de mudança da própria sociedade angolana.

No seu artigo Gerhard Seibert, igualmente do Centro de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa (CEA-IUL), inicia a análise abordando a história do ensino superior em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe desde a época colonial até à atualidade. Reflete seguidamen-

te sobre o desenvolvimento da formação superior dos quadros destes países no exterior e no próprio país e, por último, apresenta dados de uma investigação sobre as experiências e trajetórias de antigos estudantes cabo-verdianos e são-tomenses em Portugal que regressaram ao país de origem e de estudantes que atualmente estão a frequentar universidades portuguesas.

O último dos artigos reunidos neste livro, da autoria de Eliane Moraes Martins e Graça Esgalhado da Universidade da Beira Interior em Portugal, apresenta os resultados de uma investigação onde se avaliou o sentimento psicológico de comunidade nos estudantes dos PALOP e da CPLP que frequentam o ensino superior na Universidade da Beira Interior (UBI). As autoras analisam os resultados da pesquisa e concluem sobre a existência de elevado sentido psicológico de comunidade entre estes alunos.

A elevada adesão que o apelo à edição das comunicações apresentadas no II COOPEDU gerou e a diversidade de temas que este livro de atas reúne, vem confirmar o crescente interesse que a cooperação na área da educação suscita. Congregando textos produzidos por professores, investigadores, membros de ONG e estudantes oriundos de três continentes, este livro espelha a riqueza do debate em torno da cooperação na área da educação. Igualmente, se confirma neste livro a importância da partilha de ideias e de interrogações que os objetivos, processos, caminhos e políticas colocam a todos aqueles que através da sua ação e pensamento atuam na Cooperação na área da Educação procurando assim, nesta época multipolar e de transformações aceleradas, criar pontes e sinergias.